

FRAUDE DE R\$ 100 MILHÕES NO COMÉRCIO DO CAFÉ

Laranjas e precatórios suspensos eram usados para enganar o Fisco

✎ **LUÍSA TORRE**
✎ **RAFAEL SILVA**

A Receita Estadual e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) deflagraram ontem a Operação Café Frio, de combate à sonegação fiscal no comércio do café. Fraude cometida por 23 empresas geraram um rombo de, pelo menos, R\$ 100 milhões aos cofres do governo do Estado, em dois anos, segundo a Receita Estadual.

O valor é referente ao pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide em 12% da exportação do café produzido no Espírito Santo. Desde 2015, empresas cafeeiras movimentaram cerca de R\$ 1 bilhão no Estado.

Em 2013, duas operações - a Robusta e a Robusta II -, desmantelaram esquemas de sonegação no mesmo setor. Quatro anos depois, parece que a fiscalização não deu fim à corrupção praticada por algumas empresas.

ESQUEMAS

Na atual investigação, foram descobertas duas formas de fugir do Fisco: na primeira, 14 empresas fantasmas beneficiavam nove exportadoras de café de diferentes regiões do Espírito Santo. Elas emitiam notas frias simulando a compra de café de "laranjas" de outros Estados para empresas locais.

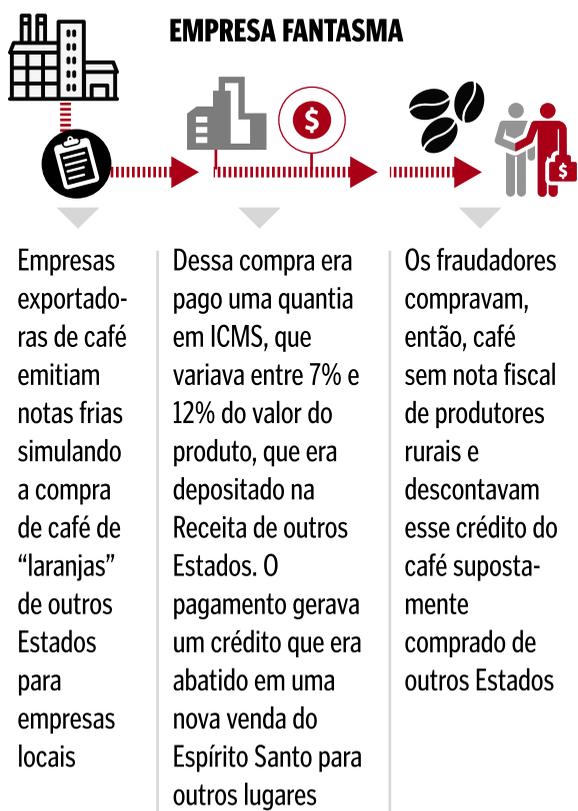
A compra entre Estados gera créditos falsos, que eram abatidos em uma nova venda do Espírito Santo para outros lugares. Os fraudadores compravam, então, café sem nota fiscal de produtores rurais e descontavam esse crédito do café supostamente comprado de outros Estados.

"Constatamos que nessas empresas nunca houve movimentação de café, os 'sócios' tinham vários indícios de serem laranjas, já que não conheciam a atividade da

ENTENDA AS FRAUDES

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

A sonegação funcionava de duas formas: com a constituição de empresas fantasmas ou com a compra de precatórios



FRAUDE DO PRECATÓRIO



Infografia | Genildo

OUTRO LADO

Empresas não foram notificadas

Uma funcionária da Valani Café atendeu a ligação da Rádio CBN Vitória e afirmou que não foi notificada sobre a denúncia de sonegação fiscal e que, por isso, não vai comentar a operação. A funcionária não quis passar o contato do responsável pela empresa e não atendeu mais os contatos da equipe da rádio. A empresa Comércio e Comércio Importação e Exportação também informou que não foi notificada oficialmente. A reportagem também ligou para as empresas Lonardelli e Lonardelli Ltda, Cocal Importação e Exportação e PS Rosa Atacadista ME. Os donos também não estavam, segundo funcionários, que ficaram de retornar o contato. Até o fechamento da matéria, entretanto, não houve nenhum retorno. Os responsáveis pela empresa Lauret Café Importação e Exportação e pela Café do Trevo não foram encontrados. Já a Imperio Café informou que não vai comentar as denúncias.

PREJUÍZO

R\$ 60
milhões

É o valor da fraude com o uso de precatórios antigos e suspensos.

cio do Café de Vitória, Jorge Luiz Nicchio.

PRECATÓRIOS

Na segunda maneira de sonegação, nove empresas compravam precatórios do governo estadual - espécie de título de débito emitido pelo governo - que eram adquiridos para abater débitos com o ICMS, prática que não é legalizada. Nesta modalidade, foram sonegados R\$ 60 milhões.

As empresas que usaram precatórios, segundo a Justiça, foram: Comércio e Comércio Importação e Exportação Ltda, Império Café SA, Lauret Café Exportação e Importação Ltda, Valani Café Ltda e Valani Comércio e Armazéns Ltda, Lonardelli e Lonardelli Ltda, Cocal Importação e Exportação Ltda, PS Rosa Atacadista ME e Café do Trevo Ltda.

A atual investigação começou no final de 2015. O procurador-geral do Estado, Alexandre Nogueira Alves, afirma que o procedimento das nove empresas na fraude do precatório era idêntico. "Vamos encaminhar todos os dados dessa investigação para o Ministério Público Estadual (MPES), que irá apurar se houve prática criminosa nessa transação". Para o secretário da Fazenda, Bruno Funchal, o sis-

tema distorce o mercado e possibilita que empresas sonegadas possam vender o café a preços mais baixos, prejudicando quem paga impostos regularmente.

"A gente presume que a venda dos precatórios, por exemplo, era feita por um valor menor, que havia um deságio, já que eram precatórios antigos, suspensos pelo STF. Só neste esquema foram sonegados R\$ 60 milhões dos cofres estaduais. Em relação à compra de créditos de ICMS de outros Estados, existe um protocolo de segurança entre as receitas para impediressa prática. Constatamos que boa parte dessas empresas laranjas eram do Paraná e do Sergipe, que assinaram recentemente o protocolo, fazendo com que estes sonegadores migrem para outras regiões", explica.

LARANJAS

"Constatamos que nessas empresas nunca houve movimentação de café, os 'sócios' tinham vários indícios de serem laranjas, já que não conheciam a atividade da empresa"

SÉRGIO PEREIRA
SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL